

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2013

(Do Sr. Arnaldo Jardim)

Solicita informações ao Ministro de Minas e Energia acerca da situação do Sistema Elétrico Nacional e de medidas para melhorar seu desempenho.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50 da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, requeiro a Vossa Excelência que sejam solicitadas ao Ministro de Minas e Energia, Senhor Edison Lobão, informações, no sentido de esclarecer esta Casa quanto às seguintes questões:

1. Recentemente o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) decidiu ligar, temporariamente, termelétricas na região Nordeste para reduzir os riscos de a região sofrer um novo apagão. Esse risco só foi percebido depois da ocorrência do último desligamento, ocorrido no dia 28 de agosto? Mais uma vez estamos tomando providências apenas depois de ocorrido grave problema, ou o Governo Federal sabia do risco e resolveu assumi-lo, contando com a sorte para não acionar térmicas mais onerosas e manter, a expensas da confiabilidade do atendimento, a promessa da Presidenta de reduzir as tarifas de energia elétrica nacionais?
2. No dia 28 de agosto, quando ocorreu o desligamento da Região Nordeste, o ONS havia programado uma importação de 3,3 gigawatts (GW) médios pela região Nordeste, ante uma carga de 9,4 GW médios, equivalente a mais de 35% das necessidades daquele dia. Por outro lado, os leilões de energia nova contrataram diversas usinas termelétricas a óleo para a região, mas, segundo dados do ONS, nem todas estavam em operação no dia do *blackout*. Estavam disponíveis 4.212 megawatts (MW), mas foram despachados apenas 1.236 MW. Não teria sido equivocada a formatação desses leilões, que acabaram contratando usinas cuja geração é dispendiosa e, por isso, estavam paradas

em momento que a região demandava energia em montante que comprometia a segurança de seu abastecimento? Não seria o momento de implantarmos no Brasil leilões regionais por fonte?

3. Em 10 de abril passado, tivemos uma audiência pública na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, que não contou com a participação do Ministério de Minas e Energia (MME), mas compareceram aqui representantes do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), além de representante do Tribunal de Contas da União (TCU), para tratar da baixa confiabilidade do sistema de transmissão brasileiro. Na oportunidade, o representante do TCU informou que, em 2011, 60% das obras de transmissão no sistema interligado nacional leiloadas nos cinco anos anteriores estavam atrasadas. Agora em 2013, dados do CMSE demonstram que 66% dos 25.595 km de linhas de transmissão em obras no País estão atrasados. Houve evidentemente uma piora nos atrasos das obras de transmissão. A que o MME atribui esta piora? É um problema generalizado de gestão dos empreendedores ou falha no planejamento do setor elétrico? O planejamento utiliza prazos reais de implantação de linhas de transmissão no País? Utilizam-se dados históricos acerca do prazo para implantação de obras de transmissão ou trabalha-se somente com prazos teóricos?
4. Recorrentemente, especialistas do setor apontam como causas dos apagões que ocorrem frequentemente no Brasil a incompatibilidade entre equipamentos analógicos e digitais utilizados nos sistemas de proteção e monitoramento do sistema de transmissão nacional. Com o objetivo de revitalizar as instalações existentes, principalmente no que se refere à proteção e controle, controle sistêmico e integração de instalações e análise de ocorrências e perturbações, o ONS tem encaminhado à Aneel, anualmente, o Plano de Melhoria das Instalações (PMI). Como está a execução das providências definidas nos últimos PMIs nas instalações existentes no Nordeste e no Brasil. O cronograma está em dia, ou também são constatados os atrasos, como os verificados nas obras de transmissão?
5. Em 2012, no dia 22 de setembro, tivemos um apagão no Nordeste originado de um defeito na subestação de Imperatriz, no Maranhão. No dia 3 de outubro, um curto-circuito em um transformador de Furnas em Foz do Iguaçu deixou às escuras cerca de três milhões de unidades consumidoras de 13 estados do país. No dia seguinte, em 4 de outubro, novo blecaute ocorreu, deixando no escuro 70% do Distrito Federal. Em 25 de outubro, outro apagão, o pior de

2012, deixou sem energia nove estados da região Nordeste e afetou parte dos Estados de Tocantins e Pará, atingindo mais de 50 milhões de unidades consumidoras, tendo sido provocado por um curto-circuito seguido de incêndio na subestação de Colinas, no Tocantins. Podemos esperar, por semelhança de datas, que o pior período de desligamentos em 2013 está apenas começando? Quais seriam as dez instalações mais frágeis do nosso sistema interligado, onde as ampliações ou reformas são prioritárias para que não ocorram novos apagões? Como está o andamento dessas obras prioritárias?

6. A Aneel considera que o ONS vem gerenciando corretamente os riscos do setor elétrico nacional, tendo em vista a temporada de apagões de 2012, que em 2013 parece recomeçar? Há como melhorar esse gerenciamento de risco? O que precisa ser feito?
7. Como a diretoria da Aneel avalia o desempenho da fiscalização da agência? Os contingenciamentos orçamentários continuam afetando as ações de fiscalização?
8. Dados preliminares indicam que, em plena temporada de seca e de queimadas, as faixas de passagem de duas linhas de transmissão essenciais à integridade do sistema elétrico não estavam limpas, possibilitando o incêndio da vegetação que levou ao apagão de 28 de agosto. A Aneel sabia desse problema que colocava em risco a integridade do sistema de transmissão do Nordeste? A Aneel tem controle sobre as condições em que se encontram as faixas de passagem das linhas de transmissão existentes no Brasil?
9. A fiscalização da Aneel deve verificar se a manutenção das instalações das empresas de transmissão brasileiras são realizadas adequada e periodicamente. Essa fiscalização é feita por amostragem? Para a Aneel, o método de fiscalização utilizado está se mostrando adequado, considerando a recorrência de apagões atribuídos a problemas em instalações de transmissão?
10. Na operação do Sistema Elétrico Interligado, existe uma sistemática denominada Esquema Regional de Alívio de Carga (ERAC), que prevê o corte automático de parte da carga quando ocorre déficit de suprimento, para evitar o colapso de todo o sistema que atende à área. Todavia, o relatório do ONS de acompanhamento do ERAC para o ano de 2012 aponta discrepâncias entre o percentual de corte de carga requerido pelo ONS e o percentual efetivamente programado por distribuidoras do Nordeste. Verificamos que essas deficiências

são recorrentes no Nordeste e em todo o Brasil. No evento do dia 28 de agosto, fica claro que o esquema não foi suficiente para impedir o desligamento da região. Quais as sanções têm sido aplicadas pela Aneel aos agentes responsáveis por essas irregularidades, que veem se repetindo ano após ano?

JUSTIFICAÇÃO

Lamentavelmente, no dia 28 de agosto último ocorreu uma falha no sistema elétrico que causou o desligamento do fornecimento a nove Estados, que ficaram sem energia por até duas horas e meia, causando prejuízos estimados inicialmente em R\$ 350 milhões.

Preliminarmente, atribuiu-se, como causa principal desse evento, a realização de queimadas sob as linhas de transmissão de 500 mil volts que interligam as subestações de Ribeiro Gonçalves e São João do Piauí, no estado do Piauí.

Considerando que semelhantes interrupções veem ocorrendo com frequência maior que a desejada, causando transtornos às famílias e prejuízos à economia brasileira, acreditamos que se torna necessário requerermos do Ministério de Minas e Energia informações mais aprofundadas acerca da real situação do Sistema Elétrico Nacional e das medidas tomadas pelo Governo Federal para melhorar seu desempenho.

Sala das Sessões, em de de 2013.

Deputado **ARNALDO JARDIM**
PPS – SP